

RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.585 - AC (2018/0202795-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : **CEZAR CORREIA DE QUEIROZ**
ADVOGADO : **JERÔNIMO LIMA BARREIROS - AC001092**
RECORRIDO : **BANCO DA AMAZONIA SA**
ADVOGADOS : **MÁRCIA FREITAS NUNES DE OLIVEIRA - AC001741**
: **LÚCIO BRASIL COELHO JÚNIOR - AC004332**

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO EXTINTA POR INEXIGIBILIDADE DA DÍVIDA. **IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO NCPC.** MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA EM RAZÃO DO DESPROVIMENTO OU NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. ART. 85, § 11, DO NCPC. AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS. IMPOSSIBILIDADE DE ULTRAPASSAR 20% DO VALOR DA CAUSA. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

BANCO DA AMAZÔNIA S.A. (BANCO) ajuizou execução de título executivo extrajudicial contra CEZAR CORREIA DE QUEIROZ (CEZAR) no valor de R\$ 970.033,79 (novecentos e setenta mil, trinta e três reais e setenta nove centavos) (e-STJ, fls. 1/5).

A sentença extinguiu o processo, sob o entendimento de que determinação judicial para renegociação da dívida tornaria o título inexigível. Na oportunidade, condenou o BANCO ao pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 10% do valor da execução (e-STJ, fl. 183).

O BANCO apelou, aduzindo que a verba honorária seria excessiva, mas o TJAC negou provimento ao recurso e, em razão disso, majorou os honorários advocatícios em 1%, na forma do art. 85, § 11, do NCPC.

Referido acórdão recebeu a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO PROCESSO EXECUTIVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS NO PERCENTUAL MÍNIMO SOBRE O VALOR DA CAUSA. SENTENÇA MANTIDA. ART. 85, § 2º DO CPC.

1. Estando os honorários advocatícios arbitrados em percentual mínimo e de acordo com os parâmetros estabelecidos na legislação, não há como acolher pedido de redução ao fundamento de serem exorbitantes. Exegese do art. 85, § 2º, do CPC.

2. Apelação desprovida (e-STJ, fl. 217).

CEZAR opôs embargos, sustentando que a majoração dos honorários advocatícios prevista pelo art. 85, § 11, do NCPC deveria ter ocorrido em percentual superior a 1%, sob pena de ofensa ao art. 85, § 3º, do mesmo diploma (e-STJ, fls. 232/234).

Os embargos foram rejeitados (e-STJ, fls. 244/249).

Inconformado, BANCO interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando que o valor da verba honorária seria excessivo, contrário aos arts. 5º, V, da CF, 884 do CC/02 e 85, §§ 2º e 8º, do NCPC.

CEZAR também interpôs recurso especial pela alínea *a* do permissivo constitucional, aduzindo que a majoração da verba honorária em razão do desprovimento da apelação deveria ter se dado em 10% do valor da causa, sob pena de ofensa ao art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Apresentadas contrarrazões ao primeiro recurso especial (e-STJ, fls. 270/274), foram ambos admitidos na origem (e-STJ, fls. 276/277 e 299).

É o relatório.

DECIDO.

Do recurso especial de CEZAR

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Nas razões do seu recurso especial, CEZAR alegou que a majoração da verba honorária em razão do desprovimento da apelação deveria ter se dado em 10% do valor da causa, sob pena de ofensa ao art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Ao contrário do que sustentado, o § 11 do art. 85 do NCPC não estabelece critério objetivo para a majoração da verba honorária em caso de desprovimento ou não conhecimento do recurso. Impossível, dessa forma, sustentar que referida majoração deveria ter correspondido a 10% sobre o valor da causa.

Com efeito, a Segunda Seção já fixou que o único parâmetro a ser observado é a proibição de que a verba honorária total exceda a 20% do valor da causa.

Anote-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRESCRIÇÃO.

REPARAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. ILÍCITO
EXTRA CONTRATUAL. ACÓRDÃO EMBARGADO
CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO
CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

[...]

8. Quando devida a verba honorária recursal, mas, por omissão, o Relator deixar de aplicá-la em decisão monocrática, poderá o colegiado, ao não conhecer ou desprover o respectivo agravo interno, arbitrá-la ex officio, por se tratar de matéria de ordem pública, que independe de provocação da parte, não se verificando reformatio in pejus.

9. Da majoração dos honorários sucumbenciais promovida com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015 não poderá resultar extrapolação dos limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido artigo.

10. É dispensada a configuração do trabalho adicional do advogado para a majoração dos honorários na instância recursal, que será considerado, no entanto, para quantificação de tal verba.

11. Agravo interno a que se nega provimento. Honorários recursais arbitrados ex officio, sanada omissão na decisão ora agravada.

(AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Segunda Seção, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017)

Registre-se que, na quela oportunidade, a verba honorária foi majorada em 20% do valor anteriormente fixado a esse mesmo título em favor da parte então recorrida.

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial de CEZAR.

Deixo de majorar a verba honorária na forma do art. 85, § 11, do NCPC, porque incabível tal medida na espécie.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator